

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ENGENHARIA  
DE PRODUÇÃO E SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DAMIRES DOS SANTOS PEREIRA

**“SOMOS EDUCADORES TAMBÉM”**: as contribuições do serviço social para  
**uma educação antirracista nas escolas**

ITUIUTABA

2023

DAMIRES DOS SANTOS PEREIRA

**“SOMOS EDUCADORES TAMBÉM”:** as contribuições do serviço social para  
**uma educação antirracista nas escolas**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Administração, Ciências Contábeis,  
Engenharia de Produção e Serviço Social  
da Universidade Federal de Uberlândia  
como requisito parcial para obtenção do  
título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida  
Augusto Satto Vilela

ITUIUTABA

2023

DAMIRES DOS SANTOS PEREIRA

**“SOMOS EDUCADORES TAMBÉM”:** as contribuições do serviço social para  
**uma educação antirracista nas escolas**

Trabalho de Conclusão de Curso  
aprovado para obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social pelo curso de  
Serviço Social da Universidade Federal  
de Uberlândia, pela banca examinadora  
formada por:

Ituiutaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022

---

Prof. <sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida Augusto Satto Vilela (orientadora) (ICHPO/UFU)

---

Prof. <sup>a</sup> Dra. Camila Maximiano Miranda Silva (FACES/UFU)

---

Prof. Dr. Flander de Almeida Calixto (FACES/UFU)

**DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todas que vieram antes de mim e que estiveram na luta contra o racismo. Em especial, às escritoras Lélia Gonzales e Carolina Maria de Jesus. Também gostaria de saudar a *Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, na pessoa da minha amiga e companheira de luta, Daniela Carvalho. E a todas as mulheres negras que honram nossa ancestralidade e lutam por igualdade racial.

## **AGRADECIMENTOS**

Chegar ao final de uma graduação não é tarefa fácil, principalmente para pessoas pretas e periféricas que sempre encontram desafios econômicos e raciais na trajetória acadêmica. Acredito que escrever é um ato revolucionário, como foi para Carolina Maria de Jesus. Por isso, ocupar o espaço universitário e concluir esta etapa, tem grande importância na minha vida. Sou grata a Deus e aos orixás por estarem sempre me guiando e iluminando os meus caminhos.

Agradeço a mim pela mulher forte que sempre fui, mas também pela mulher vulnerável e sensível que me permitiu ser. Por não desistir dos meus objetivos e nem da minha vida. Por tudo que já vivi, resisti e enfrentei, eu não poderia começar esses agradecimentos sem olhar para dentro de mim e aplaudir as forças e as fraquezas que me sustentam. Por isso, meu reconhecimento a essa mulher de luta, que muito chora, que muito erra, mas que nunca desiste.

Minha gratidão às minhas ancestrais e às companheiras que não me deixam caminhar só. Gratidão à minha irmã Joice, que segurou minha mão em 2018 e nunca mais soltou. Nosso laço de afeto e companheirismo transcendeu as paredes de concreto da UFU e transcenderá qualquer distância física, pois aprendi com ela que eu nunca estarei só, independentemente de onde eu esteja. Obrigada Daniela e Isadora, por se fazerem companheiras nos melhores e piores momentos dessa graduação. Obrigada pelo afeto que cura e pelas palavras que ensinam. Com vocês aprendi que ser resistência também significar sorrir, viver, amar e, acima de tudo, ser de verdade.

Obrigada Duda, Aline e Thainara por fazerem esse processo se tornar mais leve. Obrigada pelos abraços, pelas risadas, pelo cuidado e toda forma de carinho. Cada uma, com seu jeito de ser, soube me fazer muito bem.

Gratidão ao meu companheiro de vida e meu amor, Gabriel, por sempre estar comigo, mesmo sem entender meus conflitos internos, e às vezes sem saber o que falar, mas sempre está aqui para tudo que eu preciso. Obrigada por torcer comigo em cada pequena conquista. Obrigada pelo colo nos dias tristes, pelas palavras de afirmação e pela família que você me presenteou. Também agradeço ao meu cunhado, Bruno, que me aconselha e me dá suporte em todos os momentos. Vocês foram muito importantes nessa minha etapa da vida; quero cultivá-los comigo e comemorar outras conquistas com vocês.

Agradeço à minha querida orientadora, professora Cida Satto que, com sua doçura e firmeza, caminhou comigo para este trabalho se tornar realidade. A escritora feminista

bell hooks chamava Paulo Freire de “mentor”. Assim como hooks considerava Freire, eu considero que, ao longo desse processo, Cida foi minha mentora. Segundo o dicionário, mentor(a) “é a pessoa que, pela sua sabedoria ou experiência, ajuda outra como guia ou conselheiro e inspira outras pessoas” (PORTUGUESA, 2023). Obrigada por me guiar até aqui, por entender meus processos e minhas aflições. Obrigada pelo cuidado e pelo afeto, Cida você é uma mulher e uma profissional que me inspira.

Sou um ser coletivo, resultado de muitas relações. Portanto, agradeço a todos(as) que, de alguma forma estiveram comigo, me ajudaram no caminhar e se tornaram minha família de coração. E, por fim, agradeço à minha família de sangue, que do seu jeito me fez perceber o quão forte e potente eu sou.

## **SUMÁRIO**

2 O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO .....	13
--	----

3 O FATOR RACIAL NO ESPAÇO ESCOLAR .....	18
4 SERVIÇO SOCIAL, ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO .....	22
5 “O ASSISTENTE SOCIAL TEM UMA VISÃO DIFERENTE”: UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL NAS ESCOLAS.....	29
5.1 Contextualização do ambiente de pesquisa .....	29
5.2 Perfil das participantes da pesquisa.....	31
5.3 Análise dos Resultados: reflexões sobre os dados obtidos .....	32
5.3.1 Formação para o combate ao racismo .....	32
5.3.2 Percepção sobre o racismo nas escolas .....	34
5.3.3 Educação antirracista: atuação, possibilidades e desafios .....	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
REFERÊNCIAS .....	42
APÊNDICE A - Roteiro do Grupo Focal .....	47
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada .....	49
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	50

*“Carolina eternamente  
Uma imensa inspiração  
Uma força grandiosa  
E também validação  
A mulher negra escritora  
Que despeja o coração.”*

*(ARRAES, 2020, p. 42)*

**“SOMOS EDUCADORES TAMBÉM”: as contribuições do serviço social para  
uma educação antirracista nas escolas**

Damires dos Santos Pereira

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

**RESUMO**

Este trabalho tem como tema a atuação do profissional do serviço social nas escolas e tem como problema de pesquisa a seguinte questão “como os/as profissionais do serviço social, atuantes em escolas públicas, lidam com o racismo no interior dessas instituições? Para alcançar a compreensão do problema foi delimitado como objetivo geral: compreender como os/as profissionais do serviço social lidam com o racismo nas instituições de ensino da rede pública de educação básica. Em seguida foram traçados os seguintes objetivos específicos: apresentar qual é o papel do assistente social no espaço escolar; analisar o debate acerca do racismo que permeia as escolas e a urgência de uma educação antirracista institucionalizada; descrever a importância do serviço social junto à equipe multiprofissional no combate ao racismo no espaço escolar. Nesse sentido, abordou-se o problema de forma qualitativa, com ênfase nas percepções e compreensão da atuação das participantes frente ao racismo, sem a intenção de gerar dados estatísticos. A partir de sua finalidade precípua e de seus objetivos específicos, foram adotados como procedimentos técnicos: levantamento bibliográfico e pesquisa documental. Para a coleta de informações, realizou-se um grupo focal com cinco assistentes sociais e entrevista semiestruturada com duas profissionais da área. Das cinco profissionais, duas (AS1 e

AS4) não lidam com o racismo porque não o percebem. Uma (AS2) tem dificuldade de identificar o racismo em situações subjetivas e outra (AS5) encara obstáculos postos pela instituição em que trabalha, ao promover atividades voltadas ao combate ao racismo. Apenas uma (AS3) tem um trabalho em conjunto com a equipe multidisciplinar da escola, com ações preventivas durante todo o ano letivo.

**Palavras-chave:** Serviço social. Educação antirracista. Escola.

## ABSTRACT

This work has as its theme the performance of the social work professional in schools and has as its research problem the following question "how do social work professionals, working in public schools, deal with racism within these institutions? To achieve an understanding of the problem, the general objective was to understand how social work professionals deal with racism in public educational institutions. Next, the following specific objectives were outlined: to present what is the role of the social worker in the school space; to analyze the debate about racism that permeates schools and the urgency of an institutionalized anti-racist education; to describe the importance of social work with the multidisciplinary team in the fight against racism in the school space. In this sense, the problem was approached in a qualitative way, with emphasis on perceptions and understanding of the participants' actions in the face of racism, without the intention of generating statistical data. Based on its primary purpose and specific objectives, the following technical procedures were adopted: bibliographic survey and documentary research. To collect information, a focus group was conducted with five social workers and semi-structured interviews with two professionals in the area. Of the five professionals, two (AS1 and AS4) do not deal with racism because they do not perceive it. One (AS2) has difficulty identifying racism in subjective situations and another (AS5) faces obstacles posed by the institution in which she works, by promoting activities aimed at combating racism. Only one (AS3) has a joint work with the multidisciplinary team of the school, with preventive actions throughout the school year.

**Keywords:** Social work. Anti-racist education. School.



## 1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é fruto de um modelo colonial de ensino, baseado no sistema europeu, que teve início em 1549 com a chegada dos jesuítas. Ao refletir sobre a escola atual, das duas primeiras décadas do século XXI, ainda se identificam perspectivas eurocêntricas e de desvalorização da cultura afro-brasileira, como resquício do processo de colonização. Tendo em vista essa herança histórica, esse processo se manifesta como racista e hierárquico, uma vez que desvalorizou a representatividade e a história das pessoas negras e das comunidades indígenas. Pressupõe-se, portanto, que este modelo de escolarização não favorece todos os seus usuários, uma vez que valoriza alguns grupos específicos em detrimento de outros. Por isso, destaca-se a importância de mais atores sociais no enfrentamento ao racismo no interior das escolas, por meio de um trabalho multiprofissional, com atuação do serviço social e da psicologia junto à equipe pedagógica para articular o debate sobre as relações étnico-raciais.

Nessa direção, este trabalho trata sobre a atuação do assistente social em prol de uma educação antirracista em instituições de educação básica nas cidades de Ituiutaba e Uberlândia, no estado de Minas Gerais, tendo como objetivo central compreender como esses profissionais lidam com o racismo no interior das escolas públicas onde atuam. Para alcance desta compreensão, foram delimitados os seguintes objetivos: 1) apresentar qual é o papel do assistente social no espaço escolar; 2) analisar o debate acerca do racismo que permeia as escolas e a urgência de uma educação antirracista institucionalizada; 3) descrever a importância do serviço social junto à equipe multiprofissional no combate ao racismo no espaço escolar.

A escolha por tratar da atuação do profissional do serviço social nas escolas é resultado de vivências e reflexões durante a minha graduação na área, realizada na Universidade Federal de Uberlândia, *campus* Pontal. Esse interesse se aprofundou a partir da minha experiência enquanto professora de sociologia no projeto “Ações Formativas Integradas de Apoio ao Ingresso no Ensino Superior” (Afin<sup>1</sup>), do referido *campus* localizado na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> “O AFIN visa promover espaço formativo para os discentes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), regularmente matriculados em cursos de graduação e preferencialmente de Licenciatura aprimorando sua formação profissional, através da participação como docente no Programa; Disponibiliza à comunidade programa de apoio aos estudantes concluintes do 3º ano, e/ou egressos do Ensino Médio, da Rede Pública ou bolsistas integrais da rede particular, para o ingresso no ensino superior público, por meio de ações formativas integradas; além de contribuir para promoção de ações que levem à relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.” (Disponível em: [http://www.proexc.ufu.br/programa/afin.](http://www.proexc.ufu.br/programa/afin))

Ao estar em sala de aula me deparei com situações que não exigiam de mim apenas uma postura docente, iam além da relação aluna(o)-professora, demandavam uma postura ética e uma fundamentação teórica embasada no materialismo histórico-dialético como estudante do curso de Serviço Social. Enquanto vivenciava as aulas no Afin/Ituiutaba, eu refletia sobre as condições materiais de existência daqueles/as alunos e alunas, identificando como a classe social estava interligada à raça e ao gênero, e influenciavam em suas posturas diante dos conteúdos da disciplina de sociologia.

Passei a analisar o processo de aprendizagem das(dos) discentes a partir da classe, da raça e do território ao qual pertenciam e, notoriamente, verificava que esses fatores impactavam seus desempenhos escolares. E, nesse contexto, passei a visualizar a necessidade da(o) profissional do Serviço Social nas instituições de ensino como parte de uma política pública de educação. Também destaco a relevância de seu olhar racializado e uma atuação que articule o debate étnico-racial na escola, a fim de traçar estratégias de combate ao racismo junto à comunidade escolar.

Além da experiência no projeto Afin-Ituiutaba, tive como motivador também, a disciplina curricular de estágio obrigatório em serviço social, realizado na Escola de Educação Básica (ESEBA), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O estágio me proporcionou uma vivência mais significativa sobre os fatos que ocorrem no ambiente escolar, permitindo-me vivenciar a práxis, por meio da unidade entre teoria e prática na minha formação profissional, propiciando subsídios teórico-metodológicos sobre o Serviço Social e sua atuação em instituições de ensino. Dentre esses subsídios destaco a Resolução nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a atuação dos profissionais de psicologia e serviço social na rede estadual de ensino de Minas Gerais, a qual foi destacada na seção 4 deste trabalho.

No que se refere à metodologia, esta é uma pesquisa de natureza aplicada, pois procurou avançar no debate sobre o tema abordado, gerando conhecimentos para a utilização prática com vistas à solução do problema (PRODANOVE, 2013). A abordagem do problema é qualitativa, pois preocupou-se muito mais com o processo do que com o resultado (PRODANOV; FREITAS, 2013), sendo enfatizadas as percepções e compreensão quanto à atuação das participantes da pesquisa frente ao racismo, sem a intenção de gerar dados estatísticos. Quanto à sua finalidade, ela se aproxima do tipo exploratória, tendo “como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41). Nesse sentido, proporcionou a aquisição de mais

informações sobre a atuação do serviço social nas escolas, bem como o enfrentamento do racismo nesse ambiente.

Os procedimentos técnicos adotados foram escolhidos de acordo com os objetivos específicos, no intuito de delinear como seriam alcançados até o fim da pesquisa. Para atingir os objetivos 1 e 2, realizou-se um levantamento bibliográfico, com base em materiais já publicados. A fim de valorizar os saberes do Movimento Negro, o referencial teórico em que se basearam as discussões apresentadas neste trabalho considera a relevância de intelectuais negros(as): o advogado e professor Silvio Almeida por meio da obra “Racismo Estrutural”, publicado pela coleção Feminismos Plurais; a pedagoga Nilma Lino Gomes, autora do livro “O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”; a ativista antirracista estadunidense bell hooks em “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”; e o ator e professor Abdias Nascimento com a obra “O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”. No campo do serviço social, destaca-se o livro “Serviço Social e luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo”, do assistente social e professor Tales Fornazier, e a obra “Questão racial, serviço social e os desafios contemporâneos”, organizada pela professora Márcia Campos Eurico e outros(as) autores(as).

Também foi realizada uma pesquisa documental, na qual foram utilizados a Lei nº 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei nº 10.639/03 que obriga a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino, a Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica e o documento produzido pelo CFESS - Conselho Federal de Serviço Social que dispõe sobre os Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS, 2014).

Para alcançar o objetivo 3 foi utilizada a técnica do grupo focal, com base em um roteiro (Apêndice A), por meio da plataforma *Google Meet*, para descrever a importância do serviço social junto à equipe multiprofissional no combate ao racismo nas instituições de educação básica de Ituiutaba e Uberlândia. Com esse intuito, foi selecionada uma amostra de cinco profissionais dessas duas cidades. Também foram realizadas entrevistas individuais com roteiro previamente elaborado (Apêndice B) com duas assistentes sociais, pois o grupo focal não foi suficiente para identificar as informações almejadas sendo necessário mais aprofundamento sobre os relatos apresentados por algumas participantes.

Tendo em vista esta primeira seção, a partir das considerações iniciais apresentou-se a proposta de trabalho, por meio de informações como o problema da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, as justificativas da escolha do tema, a metodologia adotada e os procedimentos metodológicos realizados. A seção 2 trata sobre quando e como o serviço social foi inserido no campo educacional, o trabalho do serviço social na escola e as normativas que subsidiam sua atuação. Em seguida, na seção 3 apresenta-se o referencial teórico a respeito do racismo no Brasil e seus reflexos no espaço escolar a partir de três abordagens: individualista, institucional e estrutural. Na 4.<sup>a</sup> seção destacaram-se as conquistas do movimento negro, o serviço social e a questão racial e as possibilidades de uma atuação antirracista na escola. A 5.<sup>a</sup> seção faz uma análise dos resultados obtidos a partir do grupo focal e das entrevistas individuais realizadas, contextualizando o ambiente da pesquisa, o perfil das participantes e algumas de suas respostas, entrecruzando-as com o embasamento teórico lido. Logo depois, apresentam-se as considerações finais, na qual retomam-se os principais pontos deste trabalho, apresenta-se sua relevância para o tema abordado, considerando o cumprimento dos objetivos estabelecidos e o problema da pesquisa. E ainda, apresenta-se novas possibilidades de pesquisa, com base nas respostas obtidas no grupo focal e nas entrevistas.

## **2 O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO**

Antes de traçar um debate acerca da importância do serviço social na construção de uma educação antirracista no ensino básico, é relevante destacar sobre o serviço social na escola a partir do seguinte tripé de compreensão: a historicidade do serviço social na educação, destacando onde, como e o porquê da existência desse campo sócio-ocupacional; os subsídios teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da categoria, que norteiam a atuação profissional; e, por fim, as possibilidades de debates a serem construídos pelo serviço social na escola a partir do seu projeto ético-político. Esse esquema de análise ajudará a compreender e aprofundar as reflexões sobre as próximas seções deste artigo.

No que se refere à sua história, o serviço social foi criado no período da revolução industrial; “seu nascimento teve como cenário as inquietudes sociais que surgiram do capitalismo” (ESTEVÃO, 2006, p. 9). A primeira escola de serviço social é fundada no ano de 1899 em Amsterdã (ESTEVÃO, 2006); no Brasil, o serviço social é instituído por

volta de 1960, juntamente com a política desenvolvimentista, e tem como influência o serviço social estadunidense. Portanto, em diferentes países, sua origem se manifesta com um caráter assistencialista e filantrópico, com bases religiosas, em “uma época de profundas crises econômicas, com a pobreza e a miséria se alastrando, consequências do rápido crescimento urbano e industrial.” (ESTEVÃO, 2006, p. 18)

Durante seu processo de emergência, a profissão tinha como suporte teórico a sociologia positivista de Auguste Comte, emergindo entre os períodos da revolução Francesa e industrial, pois tentou dar explicações científicas, e não religiosas, ao que acontecia na sociedade naquele momento. Mas, foi a partir do movimento de reconceituação, na metade da década de 1960, em meio à ditadura militar no Brasil (1964-1985) e à guerra fria entre o ocidente e o oriente, entre Estados Unidos e a ex-União Soviética, que o serviço social passou a se fundamentar teoricamente nas ideias do filósofo e sociólogo Karl Marx.

O movimento de reconceituação questionava a atuação profissional perante as expressões da questão social - conjunto de fatores que definem as desigualdades sociais, como a pobreza, o desemprego e o racismo -, sobretudo no momento histórico em que se inseria, marcado por repressões e avanço do capitalismo (ASSUMPCÃO; CARRAPEIRO, 2014).

Tal questionamento se gesta no contexto das profundas mudanças que se operavam no nível continental, presididas pela forte efervescência das lutas sociais, demarcadas por um ciclo expansionista do capitalismo no cenário mundial. Esse quadro histórico não fertilizou somente o Serviço Social: no seu conjunto, as ciências sociais se indagam quanto aos seus parâmetros teórico-explicativos e ao seu papel; ampliam e renovam sua pauta temática, em resposta aos novos desafios históricos emergentes no continente (IAMAMOTO, 2010, p. 205).

Esse movimento objetivava romper com o serviço social tradicional, com o conservadorismo e a tradição positivista, passando a desfrutar das teorias marxistas, analisando a sociedade sob a ótica do materialismo histórico-dialético, que possibilitou acabar “com posturas fatalistas, de inércia social, econômica, política e cultural, como também com pensares messiânicos de que a categoria profissional pode isoladamente transformar o real” (SILVA, 2018, p.7). Com isso o pensamento marxiano “contribuiu para o desenvolvimento de reflexões e para o surgimento de uma postura crítica investigativa frente às demandas sociais, profissionais e institucionais” (SILVA, 2018, p.7).

O serviço social é conhecido pelos seus campos de atuação, como a área da assistência, saúde e previdência. É comum relacioná-lo ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), hospitais e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Isso se dá, provavelmente, porque a atuação do serviço social está vinculada à seguridade social apresentada no Art. 193 da Constituição de 1988, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2016). Contudo, existe um campo sócio-ocupacional pouco discutido, que é a política de educação, atuando na elaboração de planos, programas e projetos na educação básica, no ensino técnico e superior.

A relação entre serviço social e educação aparenta ser nova, mas tem raízes cultivadas na origem da profissão, com demandas ligadas ao mundo do trabalho, constituindo-se por uma visão conservadora. Essa área adentra a educação escolar entre os anos de 1906 e 1907 nos Estados Unidos, de acordo com Oliveira (2013, p.56).

É nesse terreno histórico que o serviço social realizou suas primeiras ações no âmbito educacional. As exigências postas à profissão naquele momento foram requisitadas pelos centros sociais que nomearam “visitadoras” para verificar as causas da evasão escolar; falta de aproveitamento escolar dos alunos; ou adaptação à escola.

O caráter controlador da ação das profissionais, chamadas, no período, de “visitadoras”, acompanha ainda o serviço social de forma muito similar, reconhecido pela sua natureza investigativa com o propósito de controle social, servindo, muitas vezes, aos interesses do Estado e ao sistema capitalista. Portanto, conforme a citação anterior, os desdobramentos do novo campo de trabalho nas instituições de ensino no Brasil não foram diferentes se alinharam a esse contexto:

Trilhando por essa linha de pensamento, ressalta-se a proximidade entre Brasil e Estados Unidos na época e, por conseguinte, a influência do modelo americano no *Serviço Social Escolar*, que se fundamentava na frágil instrumentalidade europeia, a saber: os métodos de serviço social de caso, grupo e comunidade. Sendo assim, toda a atenção era voltada para a situação-problema na perspectiva de ajustamento social – fundamentação funcionalista da hierarquização das relações sociais. Desse modo tanto as estruturas sociais como as relações sociais geradoras dos conflitos e desigualdades sociais eram ignoradas (OLIVEIRA, 2013, p. 57, grifos do autor).

No que se refere aos métodos, o de caso, grupo e comunidade eram os instrumentos utilizados com o objetivo de ajuste social, ou seja, os indivíduos em

vulnerabilidade eram tidos como culpados da sua própria condição. Com isso, o serviço social ficava encarregado de aconselhá-los e ajustá-los às normas, para que fossem integrados ao meio social, considerando-se a sociologia funcionalista<sup>2</sup> de Émile Durkheim (ANDRADE, 2008). Nessa perspectiva, ao desconsiderar as contradições sociais, mantém-se uma concepção de educação alienante, como demonstra o documento do CFESS (2014, p. 16-17):

[...] a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise.

As ações do serviço social, até a reconceitualização, voltam-se aos interesses do capital, enfatizando o ajustamento e o controle social, mediante as instituições escolares por exemplo, que se constituem como um dos aparelhos ideológicos do Estado<sup>3</sup> Conselho Federal e Conselho Regional de Serviço Social), o documento “Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação”, que se opõe à concepção anterior, produzido a partir de estudos realizados desde o ano 2000 como o parecer jurídico 23/200 da Dra. Sylvia Terra, e do Grupo de Estudos (GT) Serviço Social na Educação, que promoveu estudos, debates, articulações e mobilizações a respeito do tema.

O referido documento tem como objetivo orientar os profissionais quanto à sua atuação na política de educação e suas respectivas esferas e modalidades: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior, assim como o

---

<sup>2</sup> “[...] os funcionalistas tendem a ver a sociedade como ontologicamente anterior ao homem, colocando o homem e suas atividades dentro desse contexto maior. Ao assumir o ponto de vista do observador, relacionam aquilo que observam ao que julgam importante no contexto maior, acreditando, contudo, não afetarem o objeto observado. Pressupõem a existência de padrão e ordem contínuos; logo, buscam explicar a natureza regulamentada das questões sociais. Entretanto, admitem, ao mesmo tempo, um certo grau de ordem e desordem, consenso e dissenso, integração e desintegração, satisfação e frustração em suas explicações sobre como a sociedade permanece unida. Com sua concepção racionalista de ciência, acreditam na inquisição objetiva capaz de fornecer conhecimento explicativo e verdadeiro sobre a realidade externa, pressupondo que as teorias científicas podem ser objetivamente avaliadas, tendo como referência a evidência empírica. Crêem, ainda, que existem regras governando o mundo externo e que padrões de ciência externos e universais determinam o que constitui uma explicação adequada de um dado fenômeno.” (CABRAL, 2004, p.12-13)

<sup>3</sup> “Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.” (ALTHUSSER, 1970, p. 43) [...] “Mas vamos ao essencial. O que distingue os AIE do Aparelho (repressivo) de Estado, é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho repressivo de Estado «funciona pela violência», enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam «pela ideologia»”. (ALTHUSSER, 1970, p. 46, grifo do autor)

Código de Ética, Lei 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão). Em se tratando das competências e atribuições do serviço social, estas fundamentam-se também no referido código e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) (1996), enfatizando a importância dos aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para a atuação profissional<sup>4</sup>.

A concepção de educação que aponta a prática do serviço social no campo sócio-ocupacional é dirigida para a liberdade e emancipação do ser social embasada no educador Paulo Freire, "alguém que entendia que o aprendizado poderia ser libertador" (hooks, 2017, p. 15), negando as convicções regulatórias que norteavam a profissão em sua gênese. Sendo assim, "Se a educação tem sido utilizada como estratégia para manter a hegemonia do capital, deve servir, sobretudo de estratégia para possibilitar a sua contra hegemonia" (CFESS, 2014, p. 58). Nesse sentido, a luta do serviço social deve ser por uma educação de qualidade, digna e acessível a todos e todas.

A qualidade da educação, aqui referida, ao mesmo tempo em que envolve uma densa formação intelectual, com domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, também engloba a produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, na livre identidade de gênero, de cunho não sexista, não racista e não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, fundamentais à autonomia dos sujeitos singulares e coletivos e ao processo de emancipação humana. (CFESS, 2014, p. 45)

É nessa direção, apontada pelo CFESS-CRESS e pelo Código de Ética da(o) assistente social, que se pretende refletir sobre as possibilidades de atuação do serviço social nas escolas à frente das "requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população" (CFESS, 2014, p. 38), incorporando as questões de raça, que atravessam as relações sociais, não sendo dissociadas do conceito de classe que, enquanto subsídio teórico, também orientam o trabalho desse profissional na política de educação.

---

<sup>4</sup> [...] a dimensão teórico metodológica permite ao profissional munir-se de teorias para fazer uma análise da sociabilidade do capital, bem como fornece a compreensão do significado social da ação. A dimensão ético-política situa-se no ato de projetar a ação de acordo com os valores, os princípios, o resultado final a alcançar do profissional, também quando se faz ou não um balanço das consequências das ações. A dimensão técnico-operativa implica a operacionalização da ação, envolvendo os valores, o planejamento, os princípios, as finalidades, a habilidade no manuseio dos instrumentos e técnicas, as condições objetivas, táticas, estratégias e a análise do produto real. (FRANCISCO, 2018, p. 2-3)

### 3 O FATOR RACIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Para entender a importância do serviço social na luta antirracista no espaço escolar e, em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, é necessário entender o que é o racismo e como ele se manifesta na sociedade, especificamente na escola, ou seja, assimilar onde se fincam suas raízes para que as possibilidades de enfrentamento comecem pela gênese do problema. Portanto, nesta seção, trataremos acerca do racismo que permeia o sistema escolar, na tentativa de entender como se dá as relações raciais na escola, e como os indivíduos afetados se veem no interior de um modelo de educação excludente.

A educação escolar brasileira é fruto de um modelo colonial de ensino, baseado no sistema europeu, tendo início em 1549 com a chegada dos jesuítas e da família real. Essa ordem religiosa iniciou um processo de catequização dos povos indígenas e contribuiu com argumentos para a escravização de povos africanos trazidos para o Brasil na segunda metade do século XVI. Tendo em vista essa herança histórica, entende-se que a educação do século XXI carrega resquícios desse processo de colonização, com perspectiva eurocêntrica e de desvalorização da cultura africana e afro-brasileira, assim como indígena.

Manter essa forma de educação é acreditar na existência de uma história única, contada pelos colonizadores e registrada nos livros didáticos. Segundo Abdias Nascimento (2016), o sistema educativo é um instrumento, dentre outros, de dominação, utilizado pelas classes dominantes para manutenção do racismo, apagando a história e a cultura das(os) negras(os) no Brasil. Nesse sentido, articular o debate antirracista no espaço escolar é avançar na proposta de uma educação democrática (NUNES et. al., 2019).

Abdias Nascimento (2016) descreve a realidade da(o) negra(o) no Brasil a partir da história, fazendo uma análise sobre as relações raciais, ressaltando como o racismo se manifesta em todos os setores da sociedade. Segundo ele, “o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira” (NASCIMENTO, 2016, p. 101), refletindo, assim, na construção e caracterização das classes sociais. E salienta que

Fugir das realidades étnicas é recurso totalmente inútil. Pois enquanto os brasileiros tentam enganar-se a si mesmo com a invenção da “democracia racial”, os povos de outros países manifestam um conhecimento amplo de fatos e ocorrências supostamente não existentes na sociedade brasileira, segundo a teoria oficial em vigor. (NASCIMENTO, 2016, p.96).

O mito da “democracia racial”, elaborado a partir da obra Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre, e apontado por Nascimento (2016), é uma construção ideológica que

acredita na pacífica convivência e mestiçagem das raças no Brasil, insinuando que não há racismo, pois originou-se aqui um povo mestiço, fruto da relação harmônica entre europeus, indígenas e africanos. Conforme destaca Gomes (2012, p. 56), esses grupos étnicos desfrutariam, supostamente, de uma “igualdade social, racial e de direitos”. Essa concepção inviabiliza o debate racial concebido por escritores como Abdias Nascimento e Nilma Lino Gomes, dentre outros.

Por isso, neste texto, compreende-se o racismo como

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2020, p. 32).

Nessa perspectiva, as reflexões sobre essa forma de distinção de grupos e pessoas são fundamentadas a partir de três abordagens: individualista, institucional e estrutural. Elas são fundamentais para o debate do fator racial no espaço escolar, com base no que destaca Silvio Almeida (2020).

Na concepção individualista, correlaciona-se o racismo a práticas individuais ou grupais como uma patologia a ser reparada, ou como algo ligado à ética, que pode ser corrigido por meio da educação e politização dos comportamentos. Essa compreensão sobre o racismo é limitada, pois não trata o contexto histórico de sua manifestação na sociedade brasileira, restringindo, assim, a expansão do debate racial. Para Almeida (2020, p.37),

No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”.

Já na concepção institucional, entende-se que o racismo não está restrito a práticas individuais ou grupais, mas está presente nas instituições, pois nelas também existem conflitos sociais e raciais. “Na visão institucionalista, o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas” (ALMEIDA, 2020, p. 41). Dessa forma, ele se modifica de acordo com o projeto político de cada instituição, como a escola, que pode reforçar práticas racistas ou se opor a elas numa perspectiva antirracista, influenciando na formação cidadã de seus estudantes.

O racismo transcende o individual porque ele também está presente nas instituições; elas não o criam, mas o reproduzem. No entanto, o racismo ultrapassa as

duas concepções mencionadas, pois se as instituições são racistas é porque a sociedade também é. De acordo com Almeida (2016, p. 50),

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.

Dessa forma, percebemos o fator racial no espaço escolar a partir da concepção institucional e estrutural, com base nos dados do censo de 2018 sobre reprovação e abandono escolar publicado no site *trajetoriaescolar.org.br* do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). De acordo com essa fonte, no quesito reprovação, em 2018, a população preta, parda e indígena tinha um percentual entre 9% e 13%, ao passo que a população branca somava 6,5%. No que se refere à distorção idade-série, a população indígena foi a mais afetada com 41% das(os) estudantes; e as pessoas pretas tinham 67% mais chances de estarem fora da faixa etária de escolarização adequada ao ano de escolaridade do que pessoas brancas. As taxas de abandono entre estudantes indígenas totalizavam 11%, e os estudantes pretos e pardos somavam mais de 453 mil. (UNICEF, 2018)

Os números expressivos são reflexo do racismo estrutural e institucional, ligados à economia e à política; ou seja, não há uma intervenção eficaz por parte das instituições do Estado, em específico, as da Educação, para a permanência de estudantes pretas(os), pardas(os) e indígenas. Esse cenário reflete a escassez de políticas educacionais que se subsidiem pelo fator raça como um de seus pontos fundamentais.

Na pesquisa intitulada *Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares*, publicada em 2018, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva analisou 38 artigos, 7 teses e 51 dissertações que tratam do racismo na escola. Seu estudo dialoga com os conceitos de Almeida (2020), e os dados estatísticos do UNICEF (2018), ambos referenciados anteriormente. O trabalho de Silva (2018) ajuda a compreender o racismo nas instituições de ensino a partir das análises de produções científicas sobre o tema: “Um primeiro grupo de estudos trata do racismo nas instituições escolares” (SILVA, 2018, p. 130) e outro grupo aborda

[...] questões relativas ao racismo institucional, que prejudica os negros quando da implantação de políticas públicas dirigidas a todos os cidadãos (GUIMARÃES, 2003; SOARES e ALVES, 2003; CARVALHO, 2004; 2005; SILVA e TEIXEIRA, 2009; ABRAMOWICZ e OLIVEIRA, 2010; SOUZA, RIBEIRO e CARVALHAES, 2010; ARTELES, KOZOLESKI e GONZALES, 2011; SOUZA, 2011; GLASS, 2012; AQUINO et alii, 2013; ROSEMBERG, 2014). (SILVA, 2018, p. 130)

Ao tratarmos de racismo institucional deu-se foco às instituições de ensino a fim de analisar como ocorre o debate racial nesses espaços e se tendem a se posicionar no viés antirracista ou conservam e reproduzem práticas racistas. Conforme a pesquisa realizada,

O “silenciamento” é uma das ações, atitudes, estratégias adotadas pela escola brasileira para o enfrentamento do racismo. Dessa forma, de um lado professores não costumam intervir diante de conflitos que agridem crianças negras, em virtude de sua raça/cor, de outro, recomendam aos alunos negros, quando hostilizados por sua cor/raça, que ignorem, finjam que a agressão não é dirigida a eles. (SILVA, 2018, p. 131)

O silêncio pode ser compreendido como a falta de responsabilização da instituição para com os casos de racismo e com os indivíduos afetados, pois se calar é a forma mais cômoda encontrada por elas para enfrentar o problema racial, de modo que algumas escolas adotam a concepção individualista, tratando o racismo como patologia e medicalizando a educação (SILVA, 2018).

Os dados do UNICEF, e os estudos apontados pela autora em seu texto, indicam “que o efeito mais forte da cor e da origem social se evidencia nos processos de aquisição de escolaridade e não na trajetória dentro do mercado de trabalho propriamente dito” (SILVA, 2018, p. 132). A juventude negra possui dificuldades de ingresso e permanência nos espaços educacionais, atravessada pelas condições socioeconômicas e as diferenças raciais, as quais as instituições escolares se negam a reconhecer. Alguns dos artigos analisados por Silva (2018) afirmam que esse fenômeno também decorre do fato que “a escola é um espaço em que os valores eurocêntricos são difundidos e privilegiados, em detrimento de outras culturas, notadamente, as culturas afro-brasileira e indígena, relegadas a segundo plano, quando não omitidas” (SILVA, 2018, p.132).

Segundo a mesma autora,

Os artigos analisados mostram que situações criadas por atitudes, expressões de racismo, etnocentrismo, bem como de outras discriminações são recorrentes em escolas e universidades, e que, muitas vezes, experiências dessa natureza já são vividas fora do ambiente escolar, inclusive no seio de algumas famílias. (SILVA, 2018, p. 134)

Com base na citação, é possível identificar o racismo estrutural, uma vez que as instituições não fundaram o racismo, mas elas o reproduzem e são racistas porque a sociedade estruturalmente é. As pessoas negras presentes nos espaços educacionais, sejam elas estudantes, professoras(es) e/ou servidoras(es), são vítimas de discriminação. A culpa não é da escola em si, mas ela tem responsabilidade ética, profissional e pedagógica de tomar atitudes e posicionamentos antirracistas. Desse modo, enquanto

instituição que socializa valores e crenças, deve cuidar para que o racismo não seja corriqueiramente reproduzido no seu interior.

Em contraposição às práticas racistas adotadas por algumas instituições de ensino, a pesquisa realizada por Silva (2018) apresenta trabalhos que avistam perspectivas diferentes:

Há que ressaltar que diversos desses artigos mencionam, tratam de possibilidades para a educação crítica e antirracista, com vistas à construção de uma sociedade mais humanitária e justa (VALENTE, 2005; FRANCISCO JÚNIOR, 2011; ARTELES, KOZOLESKI e GONZALES, 2011; SILVA, 2011; GLASS, 2012). (SILVA, 2018, p. 132)

Da mesma forma, o presente estudo objetiva refletir sobre as possibilidades de uma educação antirracista institucionalizada, travando um debate sobre a importância do serviço social dentro dos espaços sócio-ocupacionais como a escola, no combate e enfrentamento do racismo junto à equipe multidisciplinar. Assim, amplia-se o leque de trabalhos científicos sobre serviço social, antirracismo e educação.

#### **4 SERVIÇO SOCIAL, ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO**

O serviço social pode contribuir para a construção de um novo modelo de educação que seja antirracista, baseando-se na Lei 10.639/03<sup>5</sup> que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, a qual refere-se à inserção do ensino da história e cultura de África no currículo escolar, de modo a resgatar a contribuição desses povos para a construção da história do Brasil (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, é importante pensar em estratégias que efetivem as diretrizes dessa lei, e permitam que as(os) estudantes, educadoras(es) e toda a equipe multiprofissional possam refletir sobre o impacto de uma educação pautada no antirracismo e na valorização das diferenças. Portanto, entende-se que as(os) profissionais do serviço social e as(os) profissionais da educação devem estar aliadas(os) no enfrentamento do racismo, incentivando práticas antirracistas a serem desenvolvidas nas escolas no intuito de que elas repercutam no interior destas e se desdobrem em ações realizadas pelas(os) estudantes na sociedade de modo geral.

Contudo, antes de tratar das possibilidades de atuação antirracista do serviço social na escola, é necessário destacar a importância dos saberes do movimento negro na

---

<sup>5</sup> Trataremos da Lei 10.639/03, ao invés da 11.645/08, porque o foco racial deste trabalho é voltado para a população negra, destacando o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira como forma de enfrentamento do racismo sofrido por pessoas negras.

luta contra o racismo e suas contribuições no âmbito da educação. Fundamenta-se na professora Nilma Lino Gomes (2017), em sua obra *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, a qual faz uma síntese da história do movimento, sua influência no debate racial e suas reivindicações na política de educação. Segundo Gomes (2017, p.21),

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante.

Ao dar novo sentido, assim como uso político ao termo raça, o movimento enfoca outras questões raciais, tratando sobre a importância do reconhecimento das diversidades étnico-raciais e a igual garantia de direitos para todas(os), escancarando o racismo existente no Brasil. Da mesma forma, ele legitima as questões raciais como triunfo para a construção de relações democráticas, tirando a população negra da condição de inferioridade, na qual costuma ser posicionada por aquelas(es) que se recusam a admitir a existência do racismo na sociedade brasileira.

O movimento também ganha visibilidade pela reivindicação em diferentes esferas, dentre elas, destaca-se a jurídica, a política, a social, a econômica (GOMES, 2017) e, principalmente, a educacional. Concorda-se com Gomes (2017) quando afirma que

A educação é o campo escolhido para as reflexões aqui realizadas devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiros. (GOMES, 2017, p.24)

Nessa perspectiva, ela torna-se um campo de resistência, em que o debate racial e as práticas antirracistas podem ser fortalecidos. A escola constitui-se pela socialização e construção do conhecimento e formação da cidadania, sendo uma das instituições importantes para o alcance das conquistas almejadas pelo movimento, para que o acesso e a permanência de pessoas negras seja um direito assegurado. Sendo assim, o movimento negro é potente no que se diz respeito à provocação do debate racial nas diversas esferas sociais e

Esse potencial também é visto na capacidade de mudança social, educacional, cultural e política que a comunidade negra “em movimento”, com suas contradições, tensões, desafios e lutas, consegue imprimir nos vários países da diáspora africana. (GOMES, 2017, p. 49)

Ao destacar os potenciais de mudança do movimento negro e seus saberes, Gomes (2017) apresenta ações conquistadas por ele na esfera educacional, em diálogo com o que foi apontado no início desta seção. Dentre elas, ressalta-se o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em 2009; a implantação da questão étnico-racial na Chone (Conferência Nacional de Educação Básica), em 2008; a Conae (Conferência Nacional de Educação), em 2010; e, em 2014, o PNE (Plano Nacional de Educação). Ainda, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288 de 2010); a Lei de cotas sociais e raciais nas universidades e institutos federais (Lei 12.711 de 2012); e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. E ainda, a Lei 12.990 de 2014, referente à reserva de 20% das vagas dos concursos públicos destinadas a candidatas(os) negras(os). Com base nessas informações, “é possível afirmar que a sociedade brasileira não teria chegado a esse momento se não fosse a histórica atuação do Movimento Negro” (GOMES, 2017, p.36) em prol da erradicação do racismo.

Do mesmo modo, o serviço social deve estar engajado no combate ao racismo, recordando o que orienta o código de ética, ao tratar como um dos princípios fundamentais o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 2011, p. 23). E esse princípio pode ser efetivado a partir da atuação efetiva dos(as) profissionais em movimentos sociais, como o mencionado acima.

Vale ressaltar o artigo 12 do código de ética que dispõe como direito da(o) assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2011, p. 34). Mediante as orientações da normativa apresentada, e da articulação de assistentes sociais negras e negros, nasce a Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo que, assim como o movimento negro, articula-se como ator político e tem como diretrizes:

- a) compreender o racismo numa perspectiva crítica, de totalidade e como base fundante/estrutural das relações sociais, históricas, culturais, políticas e econômicas;
- b) defesa do projeto ético político do Serviço Social como uma direção antirracista, conforme orientam os princípios do código de ética de 1993 e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS;

c) articulação com as entidades da categoria (ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO<sup>6</sup>), movimentos sociais e movimentos negros na perspectiva de construção de uma direção antirracista.

Essa articulação antirracista proposta pela Frente é essencial para a atuação do assistente social na escola, pois, segundo Raimundo (2021, p.195),

O Serviço Social é uma profissão comprometida com a defesa dos direitos humanos, liberdade, democracia. Sendo assim, posiciona-se contrária a todas as formas de opressão, seja de raça, seja de classe, identidade de gênero ou orientação sexual. Cabe, então, a essas profissionais uma postura antirracista; fora disso, eles/as não terão como materializar o Projeto Ético-Político, pois a luta antirracista é uma demanda ética e política.

A afirmação da autora enfatiza as normativas profissionais já apresentadas, que orientam o trabalho junto aos movimentos no combate a todas as formas de preconceito, opressão e exclusão, assim como as instruções da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Desse modo, é preciso pensar na formação em serviço social e na necessidade de diretrizes curriculares que proponham o debate das relações étnico-raciais nos cursos de formação inicial. Segundo Raimundo (2021, p.194),

[...] é extremamente importante destacar o compromisso dos coordenadores e professores dos cursos de Serviço Social nas diversas universidades com a formação dos futuros profissionais. Faz-se urgente que os projetos pedagógicos dos cursos contemplem por meio de disciplinas obrigatórias os conteúdos da Lei 10.639/03.

Da mesma forma, Moreira (2020) trata de pontos essenciais para uma formação antirracista, afirmando ser necessário que o debate racial transversalize as disciplinas, “tal como Formação Sócio-Histórica, Ética, Estágio Supervisionado, sinalizando que essa discussão deve perpassar todos os núcleos de fundamentos da formação profissional, privilegiando as disciplinas interventivas” (MOREIRA, 2020, p. 186). O autor ainda destaca que a discussão deve ser abordada como eixo estruturante e no formato de disciplina obrigatória.

É importante refletir sobre a formação, pois é a partir dela que teremos profissionais aptos(as), ou não, a terem um posicionamento profissional antirracista, capazes de lidar com os conflitos raciais nos espaços sócio-ocupacionais onde houver atuação da profissão. Diante disso, o serviço social tem avançado na produção de materiais com temáticas raciais no centro dos debates, como exemplo, destaca-se a

---

<sup>6</sup> ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social  
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social  
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo<sup>7</sup>, ação da gestão 2017-2020 do conjunto CFESS-CRESS, que tem “contribuído para uma revisão da atuação dos/as profissionais” (RAIMUNDO, 2021, p. 194) e ampliação do debate nas produções acadêmicas.

Em sua pesquisa sobre as ações de implementação da Lei 10.639/03 na escola Liceu Nóbrega, a partir de um projeto de extensão desenvolvido pelo curso de serviço social da Universidade Católica de Pernambuco, Raimundo (2021) aponta práticas pautadas na diversidade étnico-racial. De acordo com a autora, o (a) assistente social pode

[...] contribuir com sugestões de conteúdos que servirão de base para que os gestores das escolas possam ser instrumentalizados, promovendo ações continuadas, voltadas para o enfrentamento das práticas racistas que impactam a vida de meninos/as negros/as. Em relação às crianças brancas, elas terão a oportunidade de não reproduzirem o racismo no cotidiano escolar e comunitário, uma vez que o desconhecimento da história da África e as distorções históricas sobre a presença do negro no Brasil podem, sem dúvida, produzir pessoas racistas. (RAIMUNDO, 2021, p. 186)

Pelo exposto, compreende-se a relevância do(a) assistente social no ambiente escolar, considerando seu papel como agente de transformação no interior da escola e com a comunidade escolar. No Art. 13 da Resolução 4.701 (2022), que dispõe sobre a atuação dos(as) profissionais de psicologia e serviço social na rede estadual de ensino de Minas Gerais, verifica-se, como uma das atribuições do assistente social, “desenvolver estratégias para estimular a participação da família na escola e no processo educativo dos estudantes” (SEE/MG, 2022). Dentre as estratégias que podem ser realizadas, destaca-se a visita domiciliar<sup>8</sup>, com a finalidade de conhecer a realidade das famílias dos(as) estudantes e criar vínculos que possibilitem uma atuação com visão de totalidade.

De maneira similar, em seu livro *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*, bell hooks<sup>9</sup> conta suas experiências em escolas destinadas apenas a pessoas negras, nas quais as professoras tinham a missão de conduzir as(os) estudantes para que se desenvolvessem intelectualmente e edificassem a raça. A autora relata que, para cumprir essa missão, as professoras faziam tudo o que era possível para entender a realidade das(os) estudantes. Elas conheciam os pais e as mães, as condições econômicas, que igreja frequentavam, a casa em que viviam e como eram as relações familiares

<sup>7</sup> CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**: o livro. Brasília: Cfess, 2020.

<sup>8</sup> AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa- Porto alegre: AGE Editora, 2003.

<sup>9</sup> Gloria Jean Watkins utiliza o pseudônimo bell hooks em homenagem a sua vó, como uma forma de honrar sua ancestralidade. Além disso, o nome é grafado em minúsculo como posicionamento político, pois hooks gostaria que dessem notoriedade as suas obras e não a sua personalidade.

(hooks, 2017). Conhecer o perfil socioeconômico e cultural das(os) educandos(as) é uma ação necessária para a equipe multidisciplinar, sendo imprescindível para o serviço social, pois possibilita que os programas e projetos a serem elaborados consigam responder às demandas da população atendida.

Em material de apoio pedagógico produzido pelo Instituto Alana (2022), evidenciam-se caminhos para uma educação antirracista e multicultural, a partir de diferentes perspectivas e realidades das escolas de educação básica do país. Ele é direcionado à formação de professoras(es) e pedagogas(os); no entanto, a(o) assistente social ao realizar atividades socioeducativas no espaço escolar, também deve ser reconhecida(o) como educador(a).

O Instituto apresenta como exemplo a Escola Comunitária Luiza Mahin<sup>10</sup>, localizada no bairro Uruguai, na periferia da cidade de Salvador – BA, “fundada por associação de moradores para trabalhar com três pilares: identidade, pertencimento e gênero” (INSTITUTO ALANA, 2022, p. 19). Vale ressaltar que a instituição foi criada por mulheres, com a finalidade de valorizar as raízes afro-brasileiras e fortalecer a identidade negra de seus(as) alunos(as), a partir do

Reconhecimento de pessoas negras importantes na história do país. Construção da árvore genealógica pelos estudantes. Integração de todos os funcionários no trabalho pedagógico. Processo contínuo de aprendizagem sobre questões raciais. Diálogo permanente sobre práticas racistas no ambiente escolar. Apoio da comunidade e envolvimento de outros atores sociais em atividades na escola. Participação de ex-alunos em atividades propostas pelos educadores. (INSTITUTO ALANA, 2022, p. 26)

De acordo com a demanda institucional e profissional, todas as práticas mencionadas acima podem ser adotadas ou potencializadas pelo serviço social e equipe multidisciplinar nas escolas em uma perspectiva antirracista, atendendo às orientações do código de ética profissional e do artigo 13 da resolução 4.701<sup>11</sup>. Não existe um modelo para uma atuação pautada no antirracismo e na valorização das diferenças, mas exemplos

---

<sup>10</sup> “Luiza Mahin, mãe do poeta, advogado e abolicionista Luiz Gama, um dos principais personagens do movimento negro brasileiro. Luiza foi uma das líderes da Revolta dos Malês (1835), considerada a maior mobilização de escravizados em solo brasileiro, e participou de outras ações similares em Salvador naquele período. No movimento feminista negro, Luiza ainda é exaltada por sua contribuição à emancipação da mulher no país.” (INSTITUTO ALANA, 2022, p. 21)

<sup>11</sup> Art. 13 - O Analista de Educação Básica (AEB) - Assistente Social terá como atribuições: I - contribuir para o ingresso, retorno, permanência do estudante, desenvolvendo ações de intervenções para minimizar os problemas sociais que impactam no processo de escolarização; II - desenvolver estratégias para estimular a participação da família na escola e no processo educativo dos estudantes; III - promover e auxiliar a gestão escolar em ações coletivas que contribuam para o acolhimento e a permanência dos estudantes no ambiente escolar. (SEE, 2022)

como os tratados no material do Instituto Alana (2022), as experiências relatadas por hooks (2017) em seu livro e a pesquisa realizada por Raimundo (2021) podem ser referências na construção de uma educação antirracista e institucionalizada. Projetos de escola como os do Luiza Mahin são fundamentais dia 20 de novembro<sup>12</sup>.

Hooks (2017) defende uma educação como prática da liberdade, na qual haja transformação das salas de aula e do ato de ensinar. Porém, seus apontamentos devem ultrapassar esses espaços abrangendo a todos(as) que fazem parte da comunidade escolar, sejam professores(as), pedagogos(as), porteiros(as), psicólogos(as), assistentes sociais e familiares, pois uma educação antirracista e emancipatória deve ser construída coletivamente.

Ao relembrar seu período na universidade, a autora apresenta alguns questionamentos pessoais sobre “quais valores e hábitos de ser refletem meu/nosso compromisso com a liberdade” (hooks, 2017, p. 41). Devemos questionar também, quais valores e hábitos as(os) profissionais do serviço social manifestam em seu compromisso com a liberdade e a luta antirracista. Para mais, hooks nos convida a assumir o compromisso com esse combate.

Todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade. (hooks, 2017, p. 50)

Nessa direção, o serviço social deve estar comprometido com a transformação das instituições educacionais em que estiver inserido, e com a construção de uma educação antirracista institucionalizada. Precisa alinhar-se aos compromissos firmados pelo Projeto Ético-Político da profissão, carregando consigo a certeza de que “a luta antirracista é uma demanda ética e política” (RAIMUNDO, 2021, p.195).

A partir das reflexões construídas e dos referenciais teóricos apresentados, foi possível notar que as possibilidades de atuação antirracista na escola são amplas, fundamentadas em normativas, estudos científicos e exemplos de ações pautadas no multiculturalismo e nas relações raciais. Com isso, constata-se a necessidade de o(a) assistente social agir junto aos(às) demais profissionais das escolas no confronto contínuo à discriminação racial. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos por meio da realização de um grupo focal e de entrevistas individuais sobre a prática profissional de

---

<sup>12</sup> Intitulado Dia da Consciência Negra, o 20 de novembro é a data do assassinato de Zumbi; por isso, homenageia-se o líder do Quilombo dos Palmares.

assistentes sociais em instituições de educação básica nas cidades de Ituiutaba e Uberlândia, a fim de compreender como as profissionais lidam com o racismo nas escolas em que trabalham.

## **5 “O ASSISTENTE SOCIAL TEM UMA VISÃO DIFERENTE”: UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL NAS ESCOLAS**

### **5.1 Contextualização do ambiente de pesquisa e dos procedimentos metodológicos**

A pesquisa foi realizada por meio de um grupo focal com cinco assistentes sociais. Este se constitui por uma técnica de pesquisa qualitativa que consiste em obter dados por meio de interações grupais sobre tópicos referentes ao tema apresentado, em um encontro de discussão e reflexão (RESSEL *et al.*, 2008). Para aprofundar algumas informações obtidas, realizou-se uma entrevista individual com duas dessas profissionais. Para a realização dos procedimentos metodológicos, esta pesquisa seguiu a Resolução n. 466/12, a qual se refere às diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, submetendo-se o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)<sup>13</sup> e aprovado pelo mesmo.

Inicialmente, contatou-se 24 assistentes sociais atuantes em escolas públicas das cidades de Ituiutaba e uma de Uberlândia, segundo dados obtidos com a coordenadora de estágio do curso de serviço social do *campus* Pontal. Com base nessas informações, elaborou-se uma planilha com a relação de profissionais, as respectivas escolas em que atuavam e o telefone do local de trabalho. O primeiro contato ocorreu através do telefone da escola e, durante a ligação, foi solicitado o número de telefone pessoal das profissionais. Em seguida, elas foram adicionadas a um grupo de mensagens no *WhatsApp* desde que autorizassem a sua inserção. Ele foi criado com a finalidade de agilizar e potencializar as informações, já que todas teriam acesso a elas ao mesmo tempo e de forma equânime.

Os critérios utilizados para participar da pesquisa foram: profissionais formados(as) em serviço social; e que estivessem há, pelo menos, cinco meses (desde o início do ano letivo de 2022) atuando em escolas públicas. Senão tivessem esse tempo de atuação, que tivessem trabalhado em outras instituições de ensino de educação básica de Ituiutaba e/ou Uberlândia anteriormente.

---

<sup>13</sup> Número de registro da submissão - CAAE: 64751322.4.0000.5152

Dentre as 25 profissionais, 12 atenderam ao contato feito pelo telefone da escola; uma pessoa recusou o convite e 11 aceitaram colaborar com a pesquisa. Desse quantitativo, duas não responderam às mensagens enviadas no telefone de contato particular e nem no grupo do WhatsApp. Outras três informaram não poder fazer parte da reunião no dia e horário sugeridos, e não demonstraram interesse para outro momento. Das 11 assistentes sociais restantes, seis confirmaram, porém uma não pode por motivos pessoais.

Com a ocorrência desses contratempos, apenas cinco participaram do grupo focal, realizado por meio da plataforma *Google Meet*, com gravação de áudio e duração de 2hs 12min e 04seg. Tratou-se da atuação profissional, dos casos de racismo nas escolas e educação antirracista, por meio de provocações feitas por imagens com marchete de reportagens sobre casos de racismo que aconteceram em escolas; por palavras chaves: trabalho; demandas e atendimento, e questionamentos referentes a contribuição do assistente social para uma educação antirracista na escola.

Das cinco participantes do grupo focal, duas foram convidadas para uma entrevista individual com roteiro semiestruturado com quatro tópicos, previamente elaborados, com os temas: formação; atuação profissional; casos de racismo na escola; serviço social e educação antirracista, a fim de obter mais informações sobre as experiências individuais das participantes selecionadas. A primeira entrevista foi presencial no ambiente e horário de trabalho da profissional, com duração de 31min e 21seg, e a segunda ocorreu de forma *online* pela plataforma *Google Meet*, porque a assistente social estava em outra cidade quando a entrevista foi realizada, tendo duração de 36min e 08seg. Em ambas, houve gravação de áudio com permissão prévia das entrevistadas, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C). Ele foi encaminhado ao grupo, com as demais informações da pesquisa, para que fosse assinado e datado pelas profissionais que confirmaram a participação no encontro.

As informações coletadas de forma grupal e individual foram organizadas e analisadas em categorias. De acordo com Gomes (1994, p. 70), “a palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si”. As categorias de análise foram construídas a partir dos temas recorrentes nas falas das participantes, sendo classificadas e nomeadas por: formação antirracista, percepção sobre o racismo nas escolas e educação antirracista: atuação, possibilidades e desafios. Com base nesse agrupamento, realizaram-se análises

e reflexões com base no referencial teórico da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.130). Tendo em vista que essa foi uma pesquisa qualitativa, o foco foi valorizar as narrativas sem se prender ao quesito quantidade, mas sim ao aspecto subjetivo de cada relato, como o perfil das participantes, as percepções, a compreensão sobre o racismo e o papel do assistente social na luta antirracista.

Ao se disponibilizarem para colaborar com a pesquisa, as cinco profissionais participantes se mostraram interessadas, mesmo aquelas que disseram ter pouca experiência e pouca proximidade com o tema.

## 5.2 Perfil das participantes da pesquisa

A pesquisa obteve uma amostra de cinco profissionais, todas do sexo feminino, sendo quatro atuantes na cidade de Ituiutaba e uma de Uberlândia, caracterizadas com a sigla AS (assistente social) seguida de um número (1 a 5). A ordem numérica de cada participante não teve critério e foi escolhida de forma aleatória. O quadro 1 sintetiza as informações do perfil, obtidas por meio do grupo focal.

**Quadro 1 - Descrição das participantes**

<b>Caracterização</b>	<b>Onde se formou</b>	<b>Quando</b>	<b>Tempo de atuação em escola</b>	<b>Cursos de Especialização ou aperfeiçoamento</b>
AS1	Instituição Pública	2019	1 ano	Não tem especialização
AS2	Instituição Pública	2018	1 ano	Não tem especialização.
AS3	Instituição Privada	2011	10 anos	Trabalho Social com Famílias
AS4	Instituição Pública	2019	1 ano e 1 mês	Não tem especialização.
AS5	Instituição Pública	2019	1 ano e 1 mês	Gestão e Serviço Social; Serviço Social na Educação; Curso de Formação Ancestralidade e Relações Multiculturais na Práxis na Escola

Fonte: Elaborado pela autora.

As assistenciais sociais, com maior tempo de atuação e formação sobre o tema (AS 3 e 5), demonstraram mais entrosamento no grupo focal; consequentemente, apresentaram um posicionamento crítico a respeito do racismo na escola, expondo

propostas antirracistas, que já foram elaboradas e realizadas por elas, em conjunto com a equipe multiprofissional. As demais participantes (AS 1 e 4) demonstraram apatia com relação ao tema proposto, assim como mostraram-se inseguras no que diz respeito à atuação do serviço social na escola, provavelmente por atuarem a menos tempo. Já a AS2, teve falas interessantes, no entanto não foi possível fazer a entrevista, pois ela não demonstrou estar interessada, o que impossibilitou aprofundar o olhar sobre a profissional e sua atuação.

Ao analisar o perfil das participantes e as participações no grupo, ficou perceptível o pouco conhecimento sobre o racismo. As falas iniciais demonstraram o quanto algumas profissionais estavam ansiosas para dizer que não havia casos de racismo onde trabalhavam, ao mesmo tempo que demonstraram medo de adentrar ao debate. O medo, provavelmente, era de tratar sobre algo que elas não conheciam com aprofundamento teórico. Com isso, houve um movimento de diálogo entre elas, na partilha de conhecimentos, no qual as AS1, 2, 4 e 5 se mostraram interessadas nas contribuições da AS3.

Porém, existe um fator comum a elas, a falta do debate racial durante a graduação. Com exceção de AS5, que fez um curso de formação, destinado a professores da rede básica, para as relações multiculturais na escola e AS3 que disse ter conhecimento do assunto com professoras, que também são pesquisadoras na área das relações étnico-raciais, da escola onde trabalha. As demais, AS 1, 2 e 4 não tiveram formação anterior, durante e nem depois da graduação, o que pode expressar uma falta de interesse pessoal e profissional sobre o tema.

O que se pode notar nas análises a seguir, é que o tempo de atuação e formação, e a proximidade com o tema, foram fatores determinantes nos resultados da pesquisa.

### **5.3 Análise dos Resultados: reflexões sobre os dados obtidos**

#### **5.3.1 Formação para o combate ao racismo**

Neste item analisaram-se os relatos referentes à formação das profissionais, especificamente a saber se, e como ocorreu, a aproximação com o debate racial. Durante o grupo focal algumas assistentes sociais demonstraram muita insegurança por não terem propriedade do tema abordado, principalmente as AS 1 e 4, que tiveram pouca participação na discussão. No entanto, elas não apresentaram relatos explícitos sobre a falta do debate racial na formação. Isso foi percebido a partir da postura delas durante a mediação do grupo.

No relato de AS2 a seguir, ela lembrou de uma aula em que se tratou sobre cotas, por exemplo, mas, verifica-se que não havia uma disciplina mais específica que tratasse das relações étnico-raciais e o serviço social:

Vocês falando de sistema de cotas, eu lembro da minha professora. [...] Ela debateu muito isso, o sistema de cotas da Universidade, o sistema de cotas no Instituto X e começou a debater a importância [...]. Eu lembro muito da Cicrana falando de educação antirracista, mas trabalhar a institucionalização dessa educação antirracista vai depender muito da gestão e da equipe, da supervisão pedagógica e da equipe pedagógica. Se essa equipe pedagógica e se essa gestão não estiver alinhada em relação a esse tema, os professores e a equipe toda não estiverem alinhados para combater e prevenir, não vai ter... (AS2, 2022)

Portanto, nas duas entrevistas individuais realizadas, procurou-se aprofundar nessa questão, perguntando: Durante a sua formação na faculdade, no curso de serviço social, você teve algum conteúdo para falar sobre raça, sobre racismo? As respostas foram as seguintes:

Assim, eu não lembro assim certinho, se falava exatamente sobre racismo, mas a gente trabalhava algumas diferenças com a professora X [...] eu lembro que na época até a fulana quis fazer o TCC dela sobre. E ela teve um pouco de dificuldade no início. Não sei se ela conseguiu depois né, justamente porque não tinha muito assim... não tinha específico pra ela seguir, igual a gente sabe que tem fundamentos, tem ético. Racismo não tinha [...] então, esse ano eu fiz o de formação né, que a gente fez com a cicrana, que é da ancestralidade. Aí, eu acho que ali foi que eu tive mais contato. (AS5, 2022)

Eu fiz a graduação na Faculdade Y. Eu não me lembro de nenhuma... eu posso estar enganada, porque a minha cabeça é meio ruim, mas se a gente teve conteúdo nesse sentido de questões étnico-raciais e tudo mais, foi de forma bem superficial, sabe assim, não teve nada aprofundado não, nenhuma disciplina ou nada que aprofundasse. Assim, o professor Z sempre trabalhou a questão das minorias, dos direitos e tudo mais, mas nada que fosse muito direcionado. [...] o que eu observo, não sei como que está hoje na graduação né, mas o que eu observo é que assim, a temática na minha época quando eu fiz faculdade, era bem distante, inclusive as discussões em ambiente de trabalho...

A minha aproximação com esse tema foi totalmente aqui na escola... eu era muito leiga ainda, eu era muito ali no nível do senso comum mesmo, não do senso comum no olhar assim leviano, mas do senso comum de não ter... eu aprendi muito, muito aqui... (AS3, 2022)

A fala de AS5 sobre as dificuldades encontradas por uma colega de turma para escrever o TCC com o tema étnico-racial, por falta de um debate consistente e de uma disciplina específica, como é o caso de Fundamentos e Ética, comprova que a lacuna existente na formação pode também prejudicar as produções científicas a respeito do tema. Concorde-se com Moreira (2020, p. 82) quando ele afirma que o “debate étnico-racial deve se estabelecer enquanto viés analítico” transversalizando as disciplinas num

todo, como Ética, Fundamentos, Estágio, Trabalho e Sociabilidade, dentre outras, com materiais precisos e fixos, evitando o silenciamento do debate (MOREIRA, 2020). Sabemos que “a invisibilidade dessa discussão” (MOREIRA, 2020, p. 93) é fruto do modelo colonial de educação, com valorização da literatura europeia e desvalorização de assuntos voltados à questão de raça, sendo essa, mais uma forma de não assumir a responsabilidade das consequências causadas pelos 388 anos do sistema escravocrata.

As falas refletem as lacunas no processo de formação dessas profissionais e a fragilidade do debate racial nos cursos de serviço social, tornando-se uma problemática que merece ser analisada. Segundo Moreira (2020, p.88),

Quando esse debate não acontece, além de contribuirmos com a manutenção da ideologia dominante-racista na sociedade brasileira, corremos um grande risco de reproduzir uma formação acrítica, a-histórica e apartada das reais necessidades de vida da população usuária que, em sua grande maioria, é negra.

As consequências da falta de discussão e conhecimento teórico nos cursos gera o que ocorreu durante o encontro coletivo, falta de posicionamento crítico e entusiasmo para tratar sobre o assunto.

Outra questão apresentada, extremamente necessária de ser destacada, é o fato de que essas lacunas no processo de formação ocasionam numa dificuldade para a construção dessa chave analítica no processo formativo, prejudicando a articulação de todos esses conteúdos e o debate étnico-racial nos núcleos de fundamentação. (MOREIRA, 2020, p. 90)

Ainda, essa carência impossibilita que as profissionais percebam o racismo em seu entorno, o que, conseqüentemente, não possibilitará uma atuação pautada nas relações raciais e no antirracismo. Os tópicos a seguir apresentam relatos que evidenciam as consequências da falta de formação sobre as questões raciais.

### **5.3.2 Percepção sobre o racismo nas escolas**

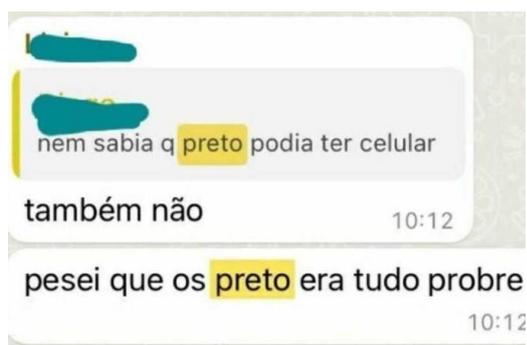
Após analisar a formação das participantes, percebe-se como esse elemento influencia na percepção da presença do racismo onde trabalham. O segundo momento do grupo focal tratou sobre a atuação do serviço social na escola a partir de três palavras-chaves: trabalho, demandas e atendimento. O foco, segundo o roteiro para mediação do grupo, ainda não era tratar sobre a questão racial. No entanto, as profissionais apresentaram suas interpretações sobre casos de racismo na escola e as falas foram analisadas com base em três formas de percepção. A primeira é daquelas que não percebem o racismo:

Olha, o trabalho na escola pra mim está sendo gratificante. É desafiador, porque a escola que eu estou atuando no momento é uma escola assim que tem várias demandas, mas essa demanda sobre racismo, até o momento, eu não tenho encontrado assim, é... nenhum, nenhuma... detectado nenhum tipo de racismo, em nenhum dos turnos na escola. (AS4, 2022)

[...] ainda não me deparei com racismo, mas está tendo muito aluno que estão no 8º, 9º ano, que estão desrespeitando muito os outros alunos, vamos supor, briga entre eles, a gente faz intervenção com a família, chama a família, só comparece à escola quando a família vai. (AS1, 2022)

Percebe-se que as profissionais com pouco conhecimento do tema e dificuldade de envolvimento no debate durante o encontro coletivo, afirmaram que não constataram atos racistas. Foram apresentadas imagens de situações de racismo que ocorreram em escolas e viraram manchetes, conforme as Figuras 1 e 2.

**Figura 1** – Mensagens racistas em grupo de *WhatsApp* de estudantes de uma escola de BH



Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/12/4972362-escola-de-bh-emite-nota-de-repudio-sobre-caso-de-racismo.html>

**Figura 2** - Criança negra de 3 anos é fantasiada de macaco em escola municipal de SP



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/03/mae-denuncia-caso-de-racismo-contra-filho-de-3-anos-fantasiado-de-macaco-em-escola-municipal-de-sp.ghtml>

Foi solicitado que as participantes comentassem sobre o que as imagens diziam a elas. Após repudiar as situações apresentadas, AS4 (2022) reviu sua fala anterior quanto não identificou casos de racismo onde trabalha: “A escola que eu estou eu não notei nada, mas assim eu estou ali há 1 ano né, deve ter acontecido, certamente acontece e fica assim mascarado né, porque em todo lugar infelizmente tem”. A partir desses relatos, constata-se que as práticas racistas são naturalizadas por aqueles(as) que não estão vigilantes quanto à sua presença ou que não têm conhecimento para identificá-las no interior das escolas, mesmo essas sendo instituições de reprodução do racismo, não simplesmente pelas práticas individuais, mas pelo fato do racismo ser institucional (ALMEIDA, 2020).

Segundo Silva (2018, p. 133),

Alguns artigos argumentam que o ambiente escolar é um local de práticas educacionais, em que valores eurocêntricos prevalecem, por isso abriga pre-conceitos e atitudes discriminatórias, veiculados cotidianamente, inclusive por materiais didáticos, tanto impressos, audiovisuais, como outros elaborados por professores, alunos (PICCOLO, 2010; PINHO e SANTOS, 2014).

A falta de propriedade teórica sobre o tema ocasiona também a dificuldade de percepção analítica sobre a própria instituição em que atuam. Por isso, a importância, como apontado na seção 3, de se compreender o racismo e suas abordagens: individualista, institucional e estrutural (ALMEIDA, 2020) para a construção de um olhar crítico.

A segunda forma de percepção a ser analisada diz respeito à profissional que identificou um caso:

Em questão de racismo a gente nunca teve, a gente teve questão de identidade, de identidade a gente teve, uma criança negra, negra ou preta, que até hoje eu não entendo essa questão. Até hoje eu estou tentando estudar, eu estudo, mas ela tinha o cabelo encaracolado, bem cacheado, tipo o seu, e de repente ela chegou com o cabelo liso, todo alisado, tipo o da fulana, aí os amiguinhos começaram a rejeitá-la, começaram a chamar ela de aluna nova e ela começou a faltar em aula. (AS2, 2022, sic)

Nota-se que não há uma compreensão do racismo como elemento estrutural na sociedade, em suas diferentes manifestações. Aparenta-se que AS2 tem dificuldade de associar o caso com a falta de representatividade na TV, nos brinquedos e na escola. Essa ausência de personalidades nos espaços e nos objetos fragiliza a identidade e o sentimento de pertencimento das crianças negras.

Entre as violências simbólicas sofridas por estudantes negros no ambiente escolar, estão a ausência de nomes e figuras negras nos livros e materiais educativos e lúdicos, e a supervalorização da estética e das características físicas de brancos, como a pele e os olhos claros e os cabelos lisos. (INSTITUTO ALANA, 2022, p. 25)

Questões subjetivas, como identidade e pertencimento, requerem maior aprofundamento teórico e um olhar cauteloso, visto que essa é uma violência que age progressivamente sobre a autoestima das crianças, e revelam os desdobramentos nefastos do racismo. E, se não for sinalizada, podem tornar-se banais e naturalizadas no cotidiano escolar, a ponto de não serem reconhecidas como decorrência desse fenômeno social.

O terceiro tipo de percepção identificado refere-se às participantes que, após formação ou aproximação com tema, passaram a enxergar, de forma crítica, o racismo em seu entorno.

Então, assim, eu comecei a perceber mais, igual eu falei no nosso online lá, que eu comecei a ter mais percepção, coisa que eu não percebia, porque você não liga uma coisa na outra, só depois que alguém te fala, te clareia, aí você vai falar “Nossa, então isso aqui estava errado, isso aqui estava certo” né, aí você começa a olhar assim de uma outra maneira, eu não sei nem se é julgamento, mas a gente acaba tendo um novo olhar né a respeito. Então, eu acho assim, que mudou muito o meu olhar, eu acho que eu comecei a perceber mais as coisas, até coisas mesmo que a gente fala no dia a dia você começa a perceber né, acaba que você está tendo um tom racista sem saber. E assim, achei muito interessante, gostei muito. [...] se fosse em outros tempos eu ia falar “Não, são só crianças” né, mas não é, porque são crianças, mas eles sabem, alguém falou alguma coisa pra eles, entendeu? Eu comecei a perceber isso, e depois também eu vi uns vídeos, agora eu não lembro o nome da menina e ela vai falando as coisas que é racismo que a gente não sabia, por exemplo, amanhã é dia de branco... (AS5, 2022)

Como eu disse anteriormente né, quando eu entrei eram situações pontuais né, não somente com relação ao racismo, mas qualquer tipo de preconceito, de bullying, enfim, era tratado de forma pontual. Desde que eu entrei lá eu faço uma pesquisa socioeconômica para traçar o perfil dos estudantes. Em 2017, aconteceu uma situação seguinte, eu não tenho a porcentagem certa aqui, mas assim, a porcentagem de pessoas pretas, pardas, indígenas, que foi levantado pelo IBGE, mostrava a discrepância da quantidade de estudantes pretos, pardos e indígenas que a gente tinha na escola. Então, a gente tinha a falsa ilusão de que ali era muito democrático e todo mundo tinha acesso...

E o estopim mesmo, eu me lembro dessa situação, não sei se foi em 2017 ou 2018, que uma pessoa foi montar um cartão, uma divulgação, uma peça publicitária pra fazer divulgação do Dia das Crianças da escola né, que põe foto das crianças, não lembro quantas crianças tinham na foto, umas 10, 6, por aí, tinha crianças com deficiência e criança que não tinha deficiência. E aí quando surgiu essa divulgação não tinha nenhuma criança negra na foto, nenhuma, e ninguém... assim, passou por vários setores, passou pela pessoa que escolheu a foto, pessoa que montou... enfim, foi passando por ali, por ali, por ali e ninguém percebeu, até que chegou nesse grupo de professores que já estavam atentos à essa situação e aí ligou um alerta, falou “Gente, olha o que é o racismo estrutural, é tão enraizado, tão naturalizado, que ninguém percebeu que não tinha uma criança negra na foto, não tinha uma”... (AS3, 2022)

É importante destacar que a percepção das profissionais também se deu, e se dá, de formas diferentes porque elas atuam em instituições distintas e com formas diferentes

de lidar com o racismo. AS5 passou a ter um novo olhar sobre os acontecimentos da escola após o curso de formação, passando a notar as práticas racistas com maior frequência. Já a AS3 percebeu ao traçar o perfil dos(as) estudantes da escola, a partir de uma pesquisa socioeconômica e cultural, sendo esse um instrumento técnico de atuação da profissional, além do trabalho em equipe que proporcionou a identificação do racismo estrutural, como no caso da fotografia de divulgação do dia das crianças.

### **5.3.3 Educação antirracista: atuação, possibilidades e desafios**

A análise das contribuições do serviço social na construção de uma educação antirracista na escola, estrutura-se no tripé: atuação antirracista, possibilidades na atuação e desafios para a atuação, com base nas informações obtidas no grupo focal, a partir da pergunta: Quais são as medidas adotadas pelo serviço social nas escolas para o enfrentamento do racismo e quais outras também poderiam ser adotadas? Assim, como no tópico anterior, as reflexões serão realizadas com base nas categorias, de acordo com o referido tripé.

A começar pela atuação antirracista, apresentam-se os exemplos de práticas já realizadas por AS3 e equipe multidisciplinar no seu espaço de trabalho:

[...] então através de oficinas com as crianças, através de atividades com os adolescentes, através de momentos de formação com os profissionais, com os familiares. Então, acaba que envolve todo... através dos eventos culturais, momentos em que a gente tem a oportunidade também de convidar pessoas de fora para falar sobre o assunto e também pessoas que representam, por exemplo, a questão da música, da cultura negra. E em meio à todo esse movimento da escola, alguns professores, se eu não me engano foram 4 professores, se juntaram para escrever um artigo, inclusive ele foi publicado. Eu posso compartilhar com vocês aqui também, é um artigo bem interessante [...] (AS3, 2022)

É importante enfatizar a organização estabelecida na escola e a articulação do serviço social com a equipe multiprofissional. O enfrentamento ao racismo não é tarefa fácil, porém torna-se possível quando há um trabalho coletivo e uma formação sobre o tema. Outro fato significativo é a institucionalização das práticas, possibilitando que a discussão sobre o debate ocorra continuamente, e não de forma pontual apenas em datas específicas. De acordo com Moreira (2020, p.111),

[...] trata-se de uma questão fundante – para quem se identifica e possui compromisso ético-político com a direção assumida coletivamente pela profissão – tomar o racismo enquanto elemento chave para desvelar as demandas imediatas que se colocam no contexto do trabalho profissional e para construir mediações e respostas profissionais condizentes com as demandas desta população.

Práticas profissionais compromissadas com o combate ao racismo são importantes e necessários para a construção de um serviço social antirracista que ultrapasse uma formação com embasamento teórico do tema, permeando também a atuação, a fim de desenvolver uma práxis consolidada com o projeto ético-político da profissão. Na categoria possibilidades de atuação, algumas participantes sugerem ações a serem implementadas ou a serem potencializadas no combate ao racismo dentro do espaço escolar.

Bom, eu acredito que sejam atividades coletivas com músicas, claro que pro Pré 1 e Pré 2 que eu estou falando, que é a minha experiência. Atividades coletivas com o intuito de prevenir, com mural, alguma coisa assim relacionada, no coletivo, não só individual, a gente pode fazer sim um acolhimento, a orientação psicossocial com os pais, mas eu acho que precisa também trabalhar o coletivo. (AS2, 2022)

Palestras, dinâmicas, levar os pais e os alunos, o maior número possível, para ouvir algumas palestras, para fazer algumas dinâmicas, conscientizar mesmo, porque algumas coisas eles entendem com as dinâmicas, parece que eles... eu não sei se se é pela faixa etária, mas eles absorvem mais a informação. (AS4, 2022)

Com base nos relatos das duas profissionais (AS2 e AS4), vislumbra-se que suas propostas de intervenção se fundamentam em uma perspectiva que considera apenas os aspectos metodológicos, de como tornar o tema racismo mais compreensível pelas crianças e suas famílias, tornando-se materializado por meio de atividades lúdicas e encontros com palestras, por exemplo. Contudo, pensar em um trabalho pedagógico na esteira antirracista requer uma atuação com mais densidade, pois

[...] nós, enquanto profissionais que atuamos no contexto contraditório das instituições, precisamos compreender a existência do racismo enquanto elemento que estrutura a sociedade brasileira e que se espalha no âmbito institucional, para que consigamos construir respostas profissionais que possibilitem enfrentar tal realidade. (MOREIRA, 2020, p. 108)

A construção das respostas a essa demanda torna-se difícil no interior das instituições, uma vez que elas também reproduzem o racismo. Os obstáculos postos por elas sinalizam uma forma de silenciamento do debate e impedimento de práticas de enfrentamento a essa doutrina que faz parte da estrutura da sociedade brasileira. As participantes, AS1 e AS5 expressaram as dificuldades enfrentadas por elas:

[...] a representatividade dentro das escolas, mas difícil levar pessoas pra lá, como eu disse, pela locomoção, a distância, trabalhar com a família também é difícil, as reuniões que a gente fez o máximo que foram foi 10, 15 pais. (AS1, 2022)

[...] estava no meu plano de ação coisas que eu queria fazer e foi falado “Não, esses temas já são trabalhados, todo ano a gente trabalha, não é necessário”. Então assim, trabalha como? Trabalha no dia, trabalha ali

pondo um mural na parede e acha que está tudo certinho, toca uma musiquinha e pronto? Eu não acredito que seja isso. Mas eu estou chegando agora, eu tenho que ir devagar e é isso aí. (AS5, 2022)

Não se pode esquecer as contradições postas à atuação do serviço social, no que se refere à sua gênese, como mencionado na seção dois. Uma das dificuldades mais recorrentes é a mediação entre os quereres da instituição e as necessidades da população atendida, sem perder de vista “os limites profissionais e o fato de que operamos na malha contraditória, atendendo aos interesses tanto do capital quanto aos do trabalho” (MOREIRA, 2020, p. 106). Nesse sentido, o(a) assistente social deve fomentar cotidianamente estratégias de mediação dos interesses da classe dominante, sem se esquecer do compromisso que tem com a classe trabalhadora, que além de ser pobre, também é preta.

A formação é essencial, porque a partir dela teremos aportes teóricos para construir “uma nova narrativa que possibilite evidenciar os resquícios escravocratas que vivemos e que mata a população negra a todo o momento [...]” (MOREIRA, 2020, p. 107). Sendo assim, o(a) profissional deve estar sempre munido de conhecimento para enfrentar não só o racismo, mas as instituições racistas em que atuam e a sociedade racista em que vivemos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho pretendeu entender a atuação do assistente social em prol de uma educação antirracista em instituições de educação básica nas cidades de Ituiutaba e Uberlândia, no estado de Minas Gerais, articulando o debate acerca do racismo que permeia o sistema escolar e a atuação do serviço social nas escolas. Segundo Abdias Nascimento (2016), o sistema educativo é um instrumento de dominação, dentre outros, utilizado pelas classes dominantes para manutenção do racismo, apagando a história e a cultura dos negros no Brasil. Portanto, se faz necessário ampliar a discussão por meio de produções científicas, como esta, que defende a proposta de uma educação democrática, emancipatória e antirracista, que contrarie o modelo europeu de controle social, e de manutenção das ideias capitalistas com disseminação de práticas racistas.

A construção deste trabalho, considerando-se as reflexões e análises realizadas ao longo das seções, se deu a partir do levantamento bibliográfico de pesquisas já realizadas sobre o tema, por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), pelo *Google Acadêmico*. Ainda, foi feita uma busca no repositório da FACES (Faculdade de Administração, Ciências contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social) a partir da aba “TCC - Serviço Social”, com o intuito de analisar quantas produções existem no curso sobre o debate racial e a atuação profissional nas escolas.

Também foi realizada uma pesquisa documental sobre a produção do CFESS - Conselho Federal de Serviço Social que dispõe sobre os Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS, 2014) e demais legislações que orientam a atuação do serviço social nas escolas e o ensino da cultura africana na educação básica.

Como técnica de análise, realizou-se um grupo focal com cinco assistentes sociais e uma entrevista semiestruturada com duas profissionais, com o intuito de aprofundar sobre questões identificadas no grupo focal. Os procedimentos técnicos adotados foram escolhidos de acordo com os objetivos específicos, com o intuito de alcançá-los.

De maneira similar, foi organizada a estrutura do trabalho, com a finalidade de atingir a cada objetivo específico. A seção dois cumpriu o objetivo um, apresentar o papel do assistente social no espaço escolar a partir da compreensão sobre a historicidade do serviço social na educação, os subsídios teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da categoria e as possibilidades de debates a serem construídos pelo serviço social na escola. A terceira seção, para atender ao objetivo dois, analisar o debate acerca do racismo que permeia as escolas e a urgência de uma educação antirracista institucionalizada, contextualizando o racismo na sociedade e apresentando conceitos indispensáveis para o debate, além de trazer dados estatísticos. A seção quatro, respondeu o objetivo 3, descrever a importância do serviço social junto à equipe multiprofissional no combate ao racismo no espaço escolar, a partir dos saberes do movimento negro e suas conquistas na esfera educacional, tratando da importância do serviço social na luta antirracista, e apresentando uma educação que debata o racismo e suas consequências.

O problema da pesquisa: como os profissionais do serviço social, atuantes em escolas públicas, lidam com o racismo no interior dessas instituições? foi respondido na seção cinco, a partir da análise dos resultados obtidos pelo grupo focal e entrevistas semiestruturadas. Sendo assim, das cinco participantes da pesquisa, duas (AS1 e AS4) não lidam com o racismo porque não o percebem. AS2 tem dificuldade de identificar o racismo em situações subjetivas e AS5 encara obstáculos postos pela instituição em que trabalha, ao promover atividades voltadas ao combate de práticas racistas. Já AS3 tem um

trabalho em conjunto com a equipe multidisciplinar da escola, com ações preventivas durante todo o ano letivo.

Por fim, no que se refere a pesquisas futuras, pode-se aprofundar temas recorrentes identificados nesta pesquisa, como a urgência da formação para o combate ao racismo na escola; a percepção das assistentes sociais quanto ao racismo no ensino superior e os desafios encontrados pelo serviço social no combate ao racismo institucional nos espaços sócio-ocupacionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1970. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideolc3b3gicos-do-estado.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O Metodologismo e o Desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/servico-social-de-caso-grupo-e-comunidade/view>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. São Paulo: Seguinte, 2020.

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino; CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 105-118, jan. 2014. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/raiane\\_e\\_juliana.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/raiane_e_juliana.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

AS5. **Entrevista 1** [nov. 2022]. Entrevistadora: Damires dos Santos Pereira. Ituiutaba, 2022. 1 arquivo .mp3 (31 min e 21 seg). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

AS3. **Entrevista 2** [nov. 2022]. Entrevistadora: Damires dos Santos Pereira. Ituiutaba, 2022. 1 arquivo .mp3 (36 min e 08 seg). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

AS1. **Grupo Focal** [nov. 2022]. Entrevistadora: Damires dos Santos Pereira. Ituiutaba, 2022. 1 arquivo .mp3 (2 h. 12 min e 04 seg). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

AS2. **Grupo Focal** [nov. 2022]. Entrevistadora: Damires dos Santos Pereira. Ituiutaba, 2022. 1 arquivo .mp3 (2 hs 12 min e 04 seg). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

AS3. **Grupo Focal** [nov. 2022]. Entrevistadora: Damires dos Santos Pereira. Ituiutaba, 2022. 1 arquivo .mp3 (2 hs 12 min e 04 seg). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

AS4. **Grupo Focal** [nov. 2022]. Entrevistadora: Damires dos Santos Pereira. Ituiutaba, 2022. 1 arquivo .mp3 (2 hs 12 min e 04 seg). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

AS5. **Grupo Focal** [nov. 2022]. Entrevistadora: Damires dos Santos Pereira. Ituiutaba, 2022. 1 arquivo .mp3 (2 hs 12 min e 04 seg). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. 240. ed. Brasília, DF, 12 dez. 2019. Seção 1, p. 07. Disponível em: - A `K, <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-~U232942408>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988, de 5 de outubro de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CABRAL, Augusto. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos EBAPE.BR**, Volume II, Número 2, Julho 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/6dLnKDZcZ9YH6W4kgdCrVq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**: o livro. Brasília: Cfess, 2020. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. 9 ed. revisado e atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2014.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **Antirracismo e educação**: uma análise das diretrizes normativas da UNESCO. 2014. 393 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2338>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é serviço social**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FRANCISCO, Erica Aparecida dos Santos. Reflexões Sobre a Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social com Enfoque nos Instrumentos e Técnicas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XVI, **Anais..**, Vitória - Es, p. 1-16, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22975>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE/MG). **Resolução nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022**. Dispõe sobre a atuação dos profissionais de psicologia e serviço social na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.701,%20DE%2014%20DE%20JANEIRO%20DE%202022.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 4. p. 67-80. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão**. São Paulo: Ação educativa, 2012.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO ALANA. **Recriar a escola sob a perspectiva das relações étnico-raciais**. São Paulo: Alana, 2022. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1VIy11qnLQ\\_j0k54dJsDKug-\\_VQEml-GY/view](https://drive.google.com/file/d/1VIy11qnLQ_j0k54dJsDKug-_VQEml-GY/view). Acesso em: 21 set. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução nº 466**, de 2012. Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MOTTA, Flavia; PAULA, Claudemir de. Questões raciais para crianças: resistência e denúncia do não dito. **Educação & Realidade** [online]. v. 44, n. 2, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/88365>. Acesso em: 03 out. 2022.

MUNANGA, *Kabengele*; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NUNES, Antonio de Assis Cruz *et al.* A lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica. Universidade Lasalle: **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 1, p. 203-212, mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/viewFile/4582/pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

OLIVEIRA, Jullymara Lais Rolim de. **Explorando outros cenários: o serviço social no espaço escolar**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8383>. Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2021.

PAULA, Aline Batista de. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária. **Revista em Pauta**, v. 18, p. 165-179, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47223>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PORTUGUESA, Dicionário Priberam da Língua. **Men•tor |ô|**. 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mentora>. Acesso em: 5 jan. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico--2-edicao>. Acesso em: 10 maio 2022.

RAIMUNDO, Valdenice José. O silêncio não nos protegerá: a importância da lei 10.639/03 para a práxis do serviço social. *In*: EURICO, Márcia Campos *et al* (org.). **Questão racial: serviço social e os desafios contemporâneos**. Campinas: Papel Social, 2021. p. 185-196.

RESSEL, Lúcia Beatriz *et al*. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 4, n. 17, p. 779-786, out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/nzznnfzrCVv9FGXhwnGPQ7S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SCHNEIDER, Gláucia Martins *et al* (org.). **Serviço Social na educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: Editora Cmc, 2012. 80 p. Disponível em: <https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Serviço-Social-naEducação.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 34, n. 69, p. 123-150, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xggQmhckhC9mPwSYPJWFbND/?la>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, Poliana Machado Gomes da. A Atualidade do Pensar Marxiano na Sistematização do Exercício Profissional do Serviço Social. **Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora**, Fortaleza, ago. 2018. VI Seminário Cetros. Disponível em: [https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-51361-15072018-172943.pdf](https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51361-15072018-172943.pdf). Acesso em: 07 jan. 2023.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Reprovação, distorção idade-série e abandono escolar: dados do censo escolar 2018** publicados no site da estratégia trajetórias de sucesso escolar ([trajetoriaescolar.org.br](http://trajetoriaescolar.org.br)) do Unicef e parceiros. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/6151/file/reprovacao\\_distorcao\\_idade-serie\\_abandono\\_escolar\\_2018.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/6151/file/reprovacao_distorcao_idade-serie_abandono_escolar_2018.pdf). Acesso em: 28 nov. 2022.

## APÊNDICE A - Roteiro do Grupo Focal

### **Funções:**

Mediador (a) – Damires dos Santos Pereira (pesquisadora)

Operador de gravação – Será gravado pela própria pesquisadora

Participantes da pesquisa – assistentes sociais da cidade de Ituiutaba e assistente social da cidade de Uberlândia.

### **Local:**

Plataforma Google Meet

### **Objetivos:**

1. Compreender como os/as profissionais do serviço social lidam com o racismo nas instituições de ensino da rede pública de educação básica.
2. Descrever a importância do serviço social junto à equipe multiprofissional no combate ao racismo no espaço escolar.

**Temas:** Serviço Social na educação; Racismo na escola.

**Seções:** Seção 1 – Apresentação dos participantes; Seção 2 – Atuação profissional; Seção 3 – Casos de racismo nas escolas; Seção 4 – Serviço Social e Educação antirracista.

### **Seção 1**

Instituição em que se formou

Tempo de formação

Escola em que atua

Tempo de trabalho na área da educação

### **Seção 2**

Questão chave 1 - Como é o trabalho do Serviço Social na escola?

Questão chave 2 – Quais as principais demandas que chegam ao Serviço Social na escola?

Questão chave 3 – Como é realizado o atendimento dessas demandas? Tem uma ordem de prioridade?

### **Seção 3**

Questão chave 1 – Há muitos casos de racismo na escola? Eles chegam até o Serviço Social?

Questão chave 2 – Percebem a influência do racismo na vida escolar das crianças e adolescentes que frequentam a escola em que atuam? De que forma percebem isso?

Questão chave 3 – Como vocês lidam com o racismo na escola?

### **Seção 4**

Questão chave 1 – O que é uma educação antirracista para vocês?

Questão chave 2 - De que forma o assistente social, junto a equipe multiprofissional, pode contribuir para uma educação antirracista institucionalizada nas escolas?

Questão chave 3 – Quais medidas são adotadas pelo Serviço Social nas escolas para enfrentamento do racismo? E quais outras também deveriam ser adotadas?

## APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada

**Objetivo:** Aprofundar a discussão sobre a atuação do Serviço Social no espaço escolar, e como os profissionais lidam com o racismo nas escolas. Sendo está uma entrevista semiestruturada e individual, pretende-se dialogar e considerar as informações relatadas no grupo focal e que necessitaram de um maior aprofundamento.

**Seção 1 – Indicação da formação profissional**

**Seção 2 – Atuação profissional**

**Seção 3 – Casos de racismo na escola**

**Seção 4 – Serviço social e educação antirracista**

## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**A importância do serviço social na construção de uma educação antirracista nas escolas de Uberlândia e Ituiutaba**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Aparecida Augusto Satto Vilela, e parte da equipe executora Damires dos Santos Pereira. Nesta pesquisa buscamos compreender como os/as profissionais do serviço social lidam com o racismo nas instituições de ensino da rede pública de educação básica; apresentar qual é o papel do assistente social no espaço escolar; analisar o debate acerca do racismo que permeia as escolas e a urgência de uma educação antirracista institucionalizada e descrever a importância do serviço social junto à equipe multiprofissional no combate ao racismo no espaço escolar. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Damires dos Santos Pereira, nas cidades de Uberlândia e Ituiutaba, no ambiente de trabalho das/dos profissionais do serviço social. Após esclarecimento dos objetivos do projeto e entendimento deste termo de consentimento a/o senhora/senhor tem um tempo para decidir se quer participar da pesquisa, conforme item IV da Resol. CNS 466/12 ou Cap. III da Resol. 510/2016. Na sua participação, você será submetido a um grupo focal, por meio de encontro de discussão e reflexão com assistentes sociais atuantes em escolas, através da plataforma *Google Meet*. O grupo focal terá duração estimada de até 2 horas, já as entrevistas individuais não objetivam ultrapassar 1 hora de duração. Esse encontro será gravado atendendo as orientações da Resolução 510/16 (Capítulo VI, Art.28; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob a guarda e responsabilidade das pesquisadoras, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa). Caso o grupo focal não seja suficiente para identificar os dados necessários, ou verifique-se a necessidade de mais aprofundamento sobre os relatos apresentados, pretende-se realizar entrevistas individuais com aqueles(as) em que há a necessidade de obter mais informações. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Ao participar da pesquisa você não terá gastos diretos, e sim gastos indiretos com o uso da internet própria. Acrescento que você não terá nenhum ganho financeiro por participar da pesquisa. Esta pesquisa não apresenta riscos diretos aos participantes. Os riscos que a pesquisa oferece são aqueles característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas que fogem do alcance das pesquisadoras. Todas as medidas de segurança serão tomadas, para manter o sigilo dos dados e das pessoas entrevistadas. Entretanto, para evitar que, eventualmente,

esta ofereça riscos de identificação aos(às) participantes, eles(as) ficarão no anonimato, utilizando-se de nomes fictícios, mantendo assim a integridade e sigilo de todos. Também se tomará o cuidado com a caracterização de cada um(a) e a instituição onde atuam. Será respeitada a resolução nº 510/015, capítulo VI. Art. 28, no qual afirma-se que os dados da pesquisa serão mantidos em arquivos físico ou digital, sob responsabilidade, durante o período de cinco anos, após a finalização da pesquisa. Os benefícios serão o debate acerca da inserção do (a) assistente social nas escolas como um dos elementos fundamentais na construção de uma educação antirracista; a ampliação do quantitativo de trabalhos sobre a temática; as contribuições para o profissional do serviço social sobre seu saber fazer e a luta antirracista. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Maria Aparecida Augusto Satto Vilela, (34) 99161-5606 (Pesquisadora responsável), Damires dos Santos Pereira, (34) 98801-9675 (Equipe executora). Endereço da instituição: R. Vinte, nº 1600 - Tupã, Ituiutaba - MG, 38304-402. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: [https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha\\_Direitos\\_Eticos2020.pdf](https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos2020.pdf). Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20

---

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do participante da pesquisa